



Relatório e Contas



Empreendimentos Hidroeléctricos
do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA

2015

+ Órgãos Sociais**+ Relatório de Gestão***- Relatório de Gestão* **4****+ Documentos de Prestação de Contas***- Demonstração dos resultados por natureza* **21***- Balanço* **22***- Demonstração das alterações no capital próprio* **23***- Demonstração de fluxos de caixa* **24***- Anexo às demonstrações financeiras* **25****+ Relatório e Parecer do Conselho Fiscal***- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal***+ Certificação Legal das Contas***- Certificação Legal das Contas*

ORGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

António Cândido Monteiro Cabeleira

Presidente

Rui Manuel Vaz Alves

Vice-presidente

Manuel Orlando Fernandes Alves

Secretário

Conselho de Administração

António Alberto Pires Aguiar Machado

Presidente

Fernando Eirão Queiroga

Administrador

Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida

Administrador

Fiscal Único

Carlos de Jesus Pinto de Carvalho, em representação de

Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC





RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2015

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos do Art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais, submetemos à Vossa apreciação o Relatório de Gestão, Balanço e Contas do Exercício de 2015.

Introdução

A EHATB - Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, S.A., doravante designada por EHATB ou sociedade, tem por objeto social as seguintes atividades:

- a) Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana;
- b) Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado;
- c) Promoção e gestão de imóveis de habitação social;
- d) Produção de energia elétrica;
- e) Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal.

A sociedade pode ainda exercer, excecionalmente, a atividade de promoção do desenvolvimento urbano e rural de âmbito municipal, nas condições previstas na Lei sobre o regime jurídico da atividade empresarial local.

A sociedade poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares.

Estrutura Societária

O capital social da Empresa ascende a **900.000 €**, repartido da seguinte forma:

Acionistas	Participação Direta no Capital		Participação Direitos de Voto %
	%	€	
Município de Boticas	16,66	150.000 €	16,66
Município de Chaves	16,66	150.000 €	16,66
Município de Montalegre	16,66	150.000 €	16,66
Município de Ribeira de Pena	16,66	150.000 €	16,66
Município de Valpaços	16,66	150.000 €	16,66
Município de Vila Pouca de Aguiar	16,66	150.000 €	16,66
TOTAL	100	900.000 €	100

Evolução dos negócios

A atividade da sociedade em 2015 manteve como principal fonte de rendimentos a produção de energia elétrica, provenientes do Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas, o qual contribuiu com 36% do total, da produção e os Parques Eólicos de Mairós, Leiranco, Casa da Lagoa e do Parque Eólico do Alvão, o qual contribuiu com 53%.

À já referida atividade de produção de energia acresce a gestão do Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alvadia e a prestação de serviços de assessoria às empresas:

- Eólica da Padrela Lda.,
- Empresa Eólica do Barroso, Lda.,
- Atberg - Eólica do Alto Tâmega e Barroso Lda.,
- Eólica de Atilhó, Lda.,

Para além da atividade de produção de energia da sociedade desenvolvida no ano de 2015, merecem também menção especial, as atividades previstas nos Contratos Programa celebrados com os Municípios acionistas, designadamente a “Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana” e a “Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal”.

Centros Produtores

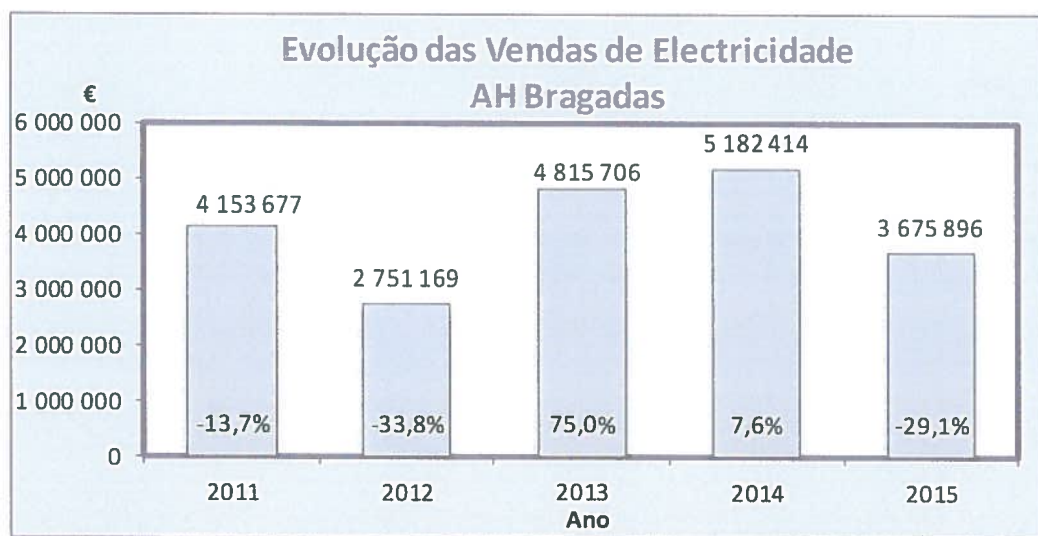
Desde a sua criação, as diversas Administrações procuraram ao longo dos anos seguir uma estratégia de diversificação dos negócios, com vista à criação de alicerces que permitiriam acrescentar valor à sociedade e atingir um nível elevado de rentabilidade para os acionistas, com a exploração de centros produtores próprios, de energia hídrica e eólica, designadamente:

- **Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas**

O Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas localiza-se no Rio Beça, concelho de Ribeira de Pena. É constituído por uma barragem, uma conduta de derivação, um túnel, uma conduta forçada, uma central hidroelétrica, uma subestação e um canal de restituição. Com uma queda bruta de 140 m, foi concebido para turbinar um caudal máximo de 8,2 m³/s. É constituído por 2 grupos geradores de 10 MW.

O aproveitamento produziu 37.223 MWh, menos 16.019 MWh do que no ano anterior, o que correspondeu a 4.241 horas equivalentes à potência máxima.

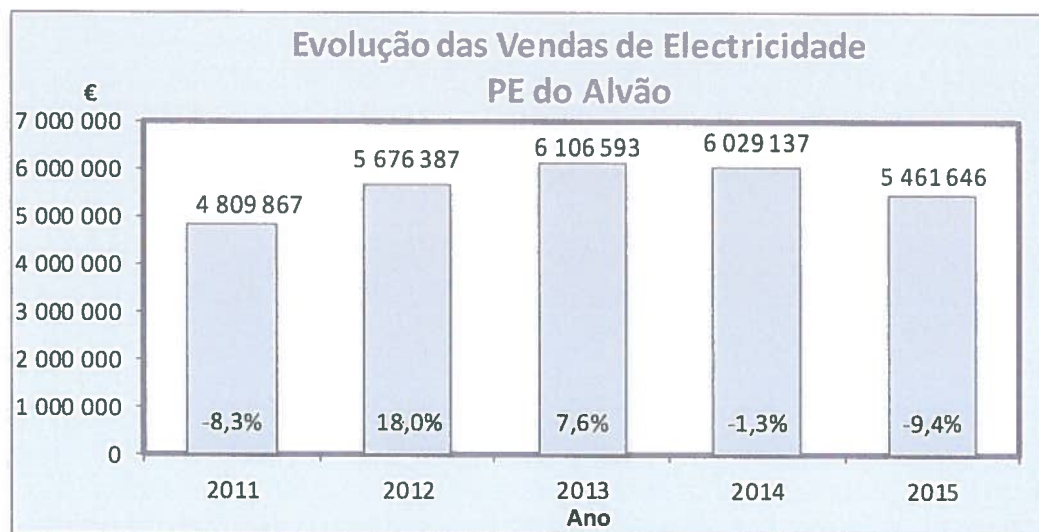
No ano de 2015 teve uma faturação inferior à prevista para um ano médio, correspondendo a um decréscimo em relação ao ano de 2014 de 29,1%.



- **Parque Eólico do Alvão**

O Parque Eólico do Alvão, localizado na Serra do Alvão, no concelho de Vila Pouca de Aguiar é constituído por 12 aerogeradores e 22,8 MW de potência instalada.

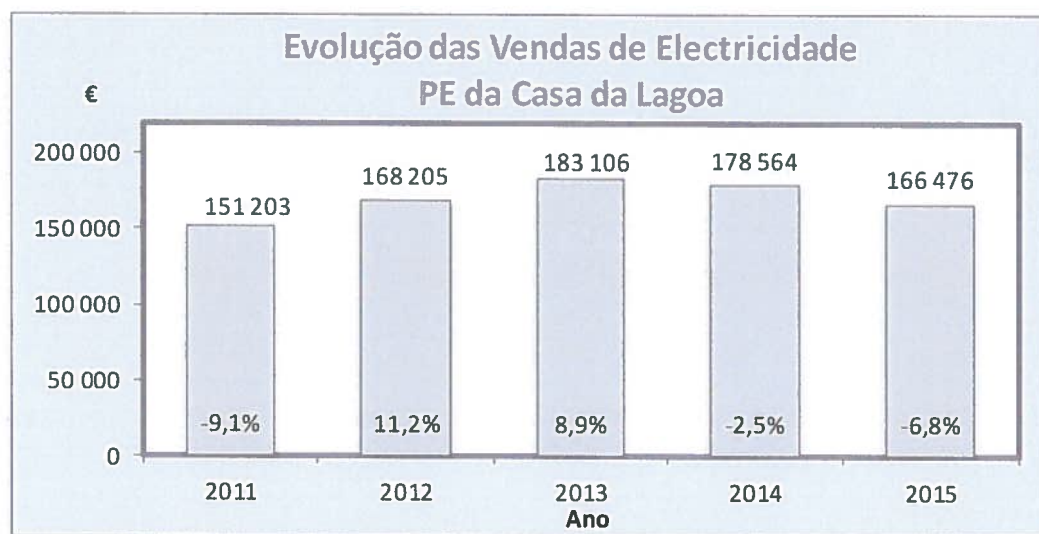
Em 2015 este Parque Eólico produziu 53.587 MWh, menos 5.281 MWh do que no ano anterior, o que correspondeu a 2.472 horas equivalentes à potência máxima.



- **Parque Eólico da Casa da Lagoa**

O Parque Eólico da Casa da Lagoa, localizado na Serra da Padrela, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, é constituído por um aerogerador de 600 KW.

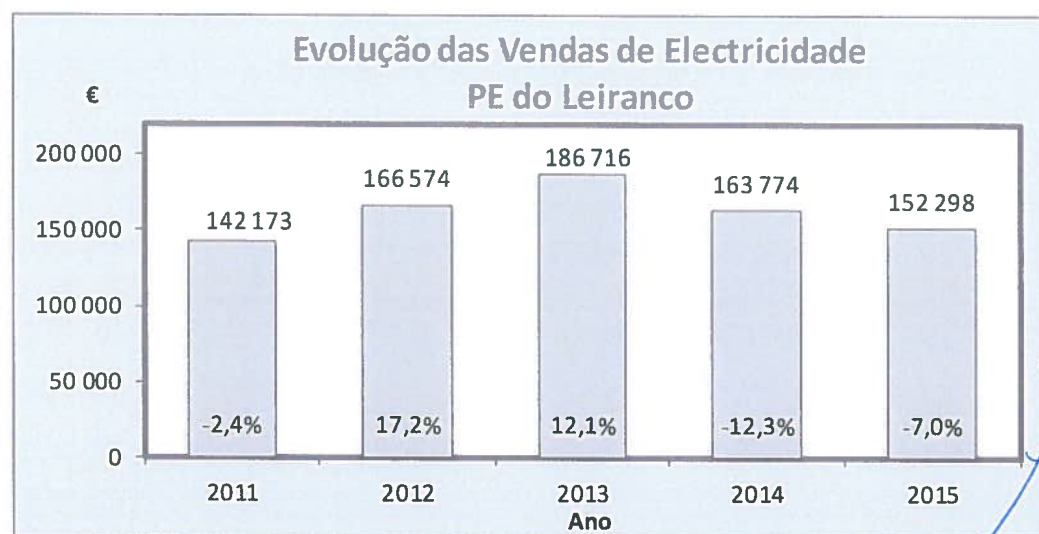
Registou 2.528 horas equivalentes à potência máxima, o que representou uma produção total de 1.611 MWh, correspondendo a um volume de vendas de 166.476 €.



- Parque Eólico do Leiranco**

O Parque Eólico do Leiranco, localizado na Serra do Leiranco, no concelho de Boticas, é constituído por um aerogerador de 600 KW.

Registou 2.241 horas equivalentes à potência máxima, o que representou uma produção líquida total de 1.427 MWh, a que correspondeu um volume de vendas de 152.298 €.

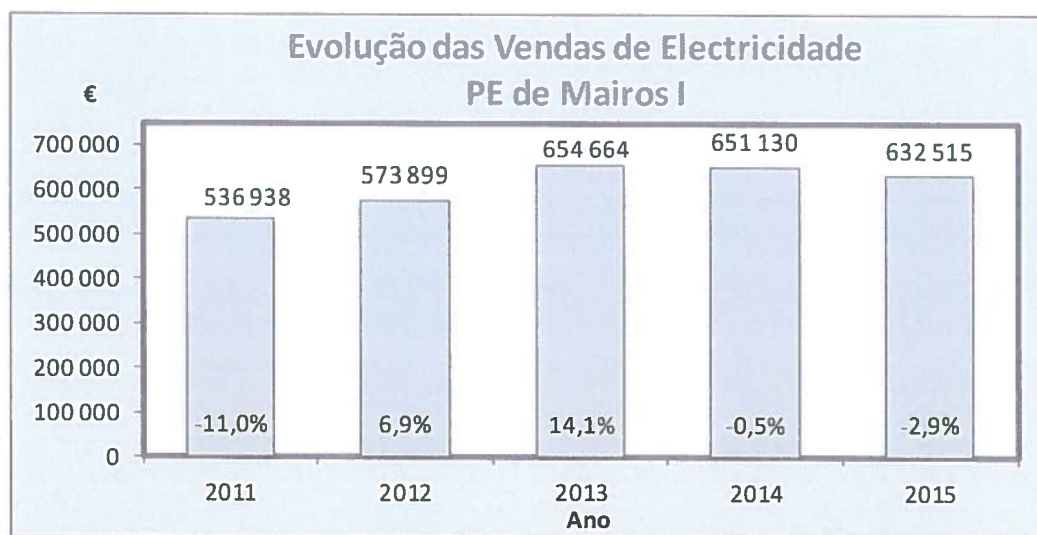


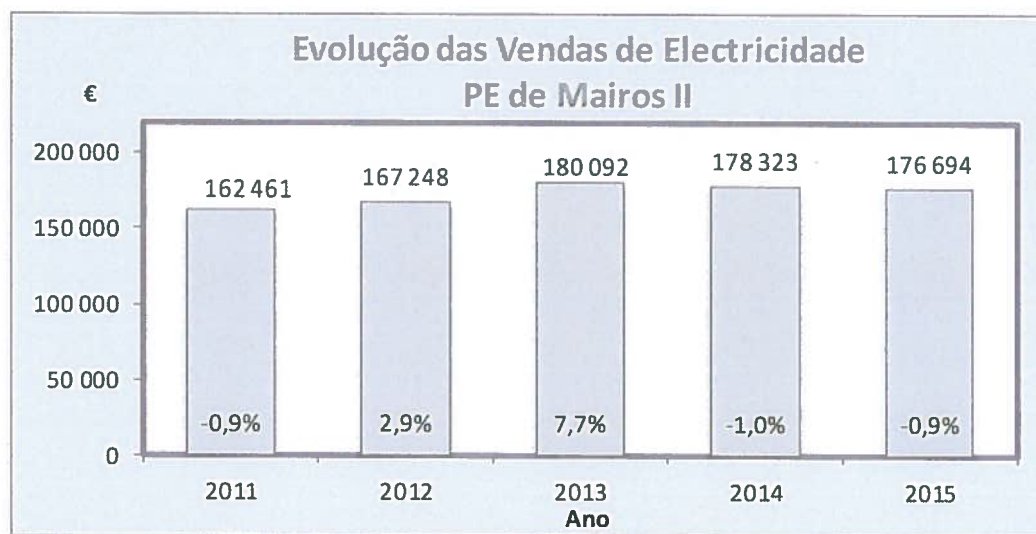
- **Parques Eólicos de Mairós**

O Parque Eólico de Mairós I constituído por dois aerogeradores, um com 2000 kW e outro com 600 kW de potência, e do “Parque Eólico de Mairós II” constituído por um aerogerador com 600 kW de potência, ambos localizados junto ao marco geodésico de Mairós, na freguesia de Mairós, concelho de Chaves.

O Parque Eólico de Mairós I registou 2.201 horas equivalentes à potência máxima o que representou uma produção total de 5.722 MWh, correspondendo a um volume de vendas de 632.515 €.

O Parque Eólico de Mairós II registou 2.632 horas equivalentes à potência máxima o que representou uma produção líquida total de 1.677 MWh, correspondendo a um volume de vendas de 176.694 €.



Evolução previsível da sociedade

O cumprimento do disposto na lei 50/2012 de 31 de agosto teve um impacto significativo na vida da sociedade. De facto, em particular com a alienação, a título gratuito de participações sociais detidas, e com a fusão por incorporação de outras, a estrutura dos ativos não correntes e dos capitais próprios sofreram enormes alterações.

Apesar disso, a empresa irá continuar com o desenvolvimento das atividades relacionadas com a exploração do Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas, dos Parques Eólicos da Casa da Lagoa, do Leiranco, Mairos I e II, do Alvão, da gestão do Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alvadia e ainda da prestação de serviços de assessoria, às empresas agora detidas pelos Municípios o que assegurará a continuação de um desempenho rentável e o cumprimento dos contratos programa celebrados com os municípios acionistas.



Análise Económica e Financeira

Em 31 de Outubro de 2014, foi concretizada a operação de fusão com a sociedade EEA, Lda., empresa que detinha os parques eólicos do Alvão. A partir dessa data, as operações da sociedade incorporada, a EEA, Lda., passaram a ser registadas no âmbito da atividade operativa da Empresa.

Nestas circunstâncias, a conta de exploração relativa ao ano de 2014 inclui apenas os dois últimos meses desse ano da produção de energia eólica do parque do Alvão e respetivos custos.

Por outro lado, em relação a 2015, a conta de exploração agora apresentada expressa a totalidade das operações do ano dessa produção eólica.

Assim, as demonstrações financeiras em apreço, em particular os rendimentos e os gastos, poderão não ser considerados como diretamente comparáveis.

Rendimentos e ganhos

No exercício de 2015, o total das vendas da energia à EDP Distribuição SA., atingiu 10 414 073,069 €, tendo sido, fortemente influenciado pela exploração dos Aproveitamento Hidroelétrico de Bragadas e Parque Eólico do Alvão, cuja faturação se cifrou em, respetivamente, 3 675 896 € e 5 461 646 €.

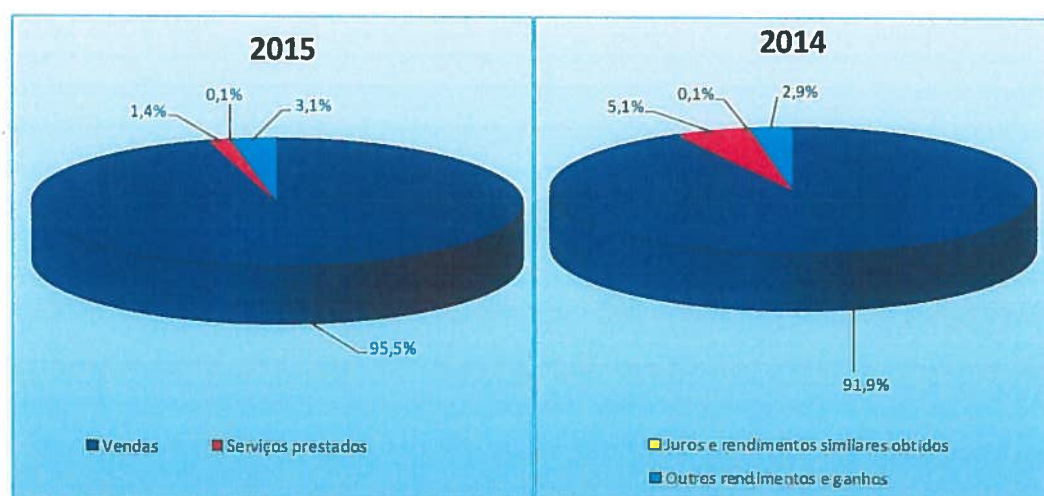
Também contribuíram para os ganhos deste exercício:

- os serviços prestados de assessoria à gestão do Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alvadia, e às empresas: Atberg, Padrela, Barroso e Atilho, que atingiram o montante de 148 549 €;
- o reconhecimento dos subsídios ao investimento no montante de 284 236 €;
- os juros obtidos de depósitos bancários no montante de 9 494 €;

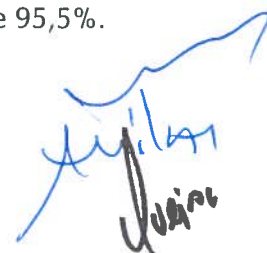
Nestes termos os rendimentos globais da sociedade aumentaram 34,27% face ao exercício anterior, cifrando-se nos **10 752 643 €** (8 008 063 € em 2014).

Rendimentos e Ganhos	2015	2014	Variação
Vendas	10.265.524	7.362.947	2.902.577
Serviços prestados	148.549	405.282	-256.733
Outros rendimentos e ganhos	329.076	233.187	95.889
Juros e rendimentos similares obtidos	9.494	6.647	2.847
Total	10.752.643	8.008.063	2.744.580

Estrutura dos Rendimentos



Como se pode verificar, pela análise do gráfico, acima, as vendas de energia dos centros produtores "Hídricos e Eólicos" são a principal fonte de rendimento da empresa, contribuindo com um peso relativo no total dos rendimentos de 95,5%.

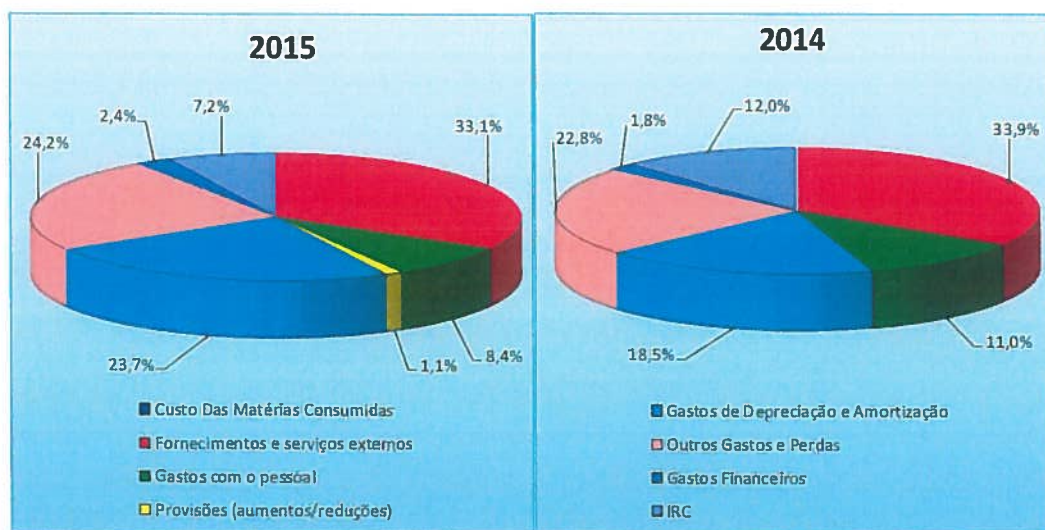


Gastos e Perdas

Os gastos registados no exercício de 2015, no montante de **9 340 278 €**, traduzem os dispêndios associados quer á atividade de produção de energia quer à satisfação dos objetivos traçados para a execução das atividades dos contratos programa.

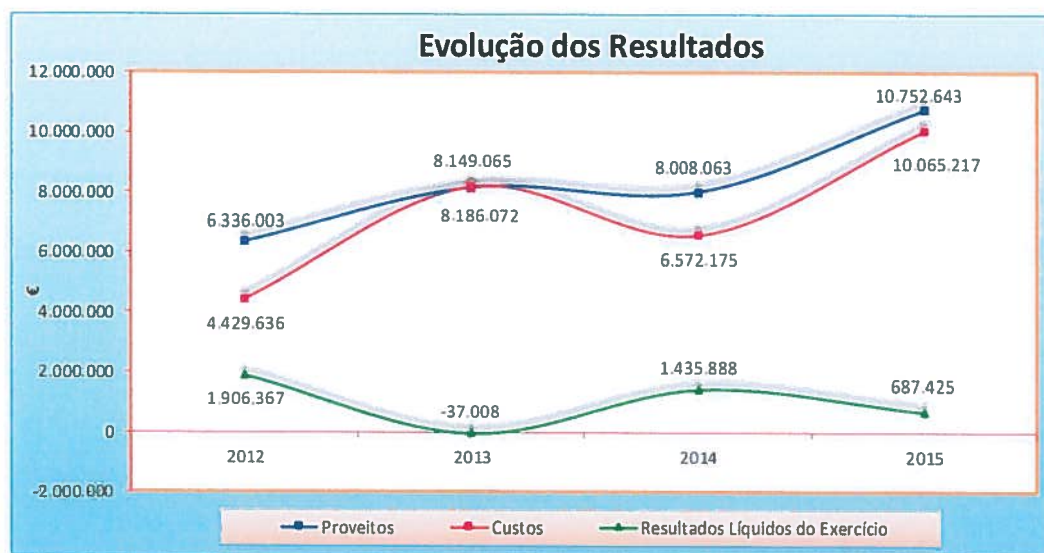
Gastos e perdas	2015	2014	Variação
Custo Das Matérias Consumidas	1.607	3.516	-1.909
Fornecimentos e serviços externos	3.327.681	2.228.932	1.098.749
Gastos com o pessoal	844.857	721.701	123.157
Provisões (aumentos/reduções)	112.293	0	112.293
Gastos de Depreciação e Amortização	2.382.707	1.213.524	1.169.182
Outros Gastos e Perdas	2.432.939	1.497.144	935.795
Gastos Financeiros	238.193	118.163	120.031
	9.340.278	5.782.980	3.557.298

Estrutura de Gastos



Comparando os dois gráficos, verificamos que a estrutura dos gastos se mantém face ao ano anterior, com as rubricas "Fornecimentos e Serviços Externos" e "Outros gastos e Perdas", por si só, a contribuírem com 61,7% do total dos gastos e perdas.

Resultados

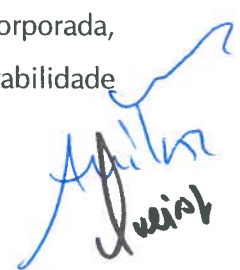


O resultado líquido do exercício, tendo em conta os fatores atrás mencionados, registou uma diminuição, face ao ano anterior, de 748 463 €.

Indicadores Económicos e Financeiros

O desempenho da empresa pode ser avaliado através da análise aos rácios que se apresentam nos quadros abaixo

Ao nível operacional, destaca-se um aumento do volume de negócios em 34,1% relativamente a 2014, acompanhada pelo aumento do EBITDA em 13,34%, o que se justifica pela inclusão das operações, ativas e passivas, da sociedade incorporada, EEA, Lda., a que se fez alusão acima, que veio fortalecer a solidez e a sustentabilidade económico-financeira da empresa.



INDICADORES DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	2015	2014
Volume de Negócios	10.414.073	7.768.229
<i>taxa de crescimento</i>	34,1%	
Outros ganhos operacionais	329.076	233.187
<i>taxa de crescimento</i>	41,1%	
Ganhos Totais	10.752.643	8.008.063
<i>taxa de crescimento</i>	34,3%	
Gastos Operacionais	9.102.084	5.664.817
<i>taxa de crescimento</i>	60,7%	
Free Cash Flow	-1.318.470	2.165.223
EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	4.023.771	3.550.123
<i>% EBITDA: EBITDA/Volume de Negócios</i>	38,6%	
EBIT - (Resultado antes de gastos de financiamento e impostos)	1.641.065	2.336.599
<i>% EBIT: EBIT/Volume de Negócios</i>	15,8%	0
Ganhos Financeiros	9.494	6.647
Gastos Financeiros	238.193	118.163
<i>% GF/(Volume de Negócios)</i>	2,3%	1,5%
Resultado Financeiro	-228.700	-111.516
<i>% RF/(Volume de Negócios)</i>	-2,2%	-1,4%
Resultado líquido do período	687.425	1.435.888
<i>% RL/(Volume de Negócios)</i>	6,6%	18,5%

Em termos de rentabilidade, embora se apresentem valores positivos, verificou-se uma, considerável, diminuição na generalidade dos rácios mais significativos a saber:

Indicadores de Rentabilidade	2015	2014
<i>Resultado Líquido</i>	687.425	1.435.888
<i>Rentabilidade das Vendas: RL/Vendas</i>	6,7%	19,5%
<i>Rentabilidade do Ativo</i>	3,3%	5,6%
<i>Rentabilidade dos capitais Próprios</i>	5,9%	10,4%
<i>Free Cash Flow</i>	-1.318.470	2.165.223

Relativamente aos indicadores de “Equilíbrio Financeiro” temos:

Indicadores de Equilíbrio Financeiro	2015	2014
<i>Liquidez Geral:</i>	1,34	1,85
<i>Liquidez Imediata</i>	0,85	1,11
<i>Autonomia Financeira</i>	0,55	0,53
<i>Solvabilidade</i>	124,2%	114,8%
<i>Individamento ("Debt to Equity")</i>	0,80	0,87

A sociedade atingiu, em 2015, resultados antes de impostos positivos no montante de 1 412 365 €, cumprindo, assim, com o disposto no artigo 40.º da Lei 50/ 2012.

Proposta de Aplicação de Resultados

A EHATB, EIM, SA. registou nas suas, preparadas de acordo com os princípios de reconhecimento e mensuração do SNC, Sistema de Normalização Contabilística, um resultado líquido de 687 425,24 Euros, para o qual, nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral a seguinte aplicação:

- | | |
|-------------------|--------------|
| • Reservas Livres | 87 425,24 € |
| • Dividendos | 600 000,00 € |

Notas Finais

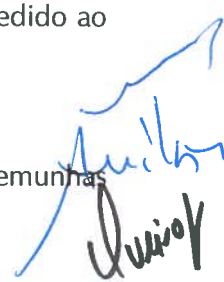
De referir que, no exercício, não se registaram quaisquer operações sobre quotas próprias.

Igualmente não foram concedidas autorizações ao abrigo do Art.º 397 do Código das Sociedades Comerciais para negócios entre a Sociedade e seus Administradores.

No final do exercício não existiam quaisquer dívidas ao Estado e à Segurança Social, em situação de mora.

No decurso dos exercícios de 2010 e 2013, a EHATB, foi objeto de Inspeções Tributárias aos exercícios de 2008 e 2009, na sequência das quais, foram efetuadas correções em sede de IVA, que a empresa impugnou tendo, embora, procedido ao pagamento, das liquidações apresentadas.

Relativamente à ação, referente ao exercício de 2008, a audiência de testemunhas ocorreu no passado mês de Junho, aguardamos a decisão do tribunal.



A EHATB tem, também, pendente uma ação de impugnação relativa ao resultado da 2ª avaliação, efetuada pela AT, para efeitos de inscrição matricial, de todos os Parques Eólicos, bem como da liquidação do IMI, a eles relacionado, relativos a anos anteriores. Uma vez que todas as liquidações apresentadas foram pagas, a responsabilidade da EHATB, subsume-se ao pagamento dos honorários a liquidar à Sociedade de Advogados ABCC- Sociedade de Advogados, RL, e das custas do processo.

O Conselho de Administração da EHATB, entende que estas e eventuais revisões e correções às declarações fiscais dos exercícios em período de revisão, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras agora em apreço.



Agradecimentos

Não pode o Conselho de Administração terminar sem uma palavra de agradecimento:

- Aos colaboradores, por todo o seu esforço e dedicação;
- Ao Grupo EDP pela colaboração e apoio demonstrado;
- Ao Grupo Caixa Geral de Depósitos pelo apoio concedido;
- Ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração prestada;
- Aos acionistas pela confiança depositada.

Ribeira de Pena, 08 de março de 2016

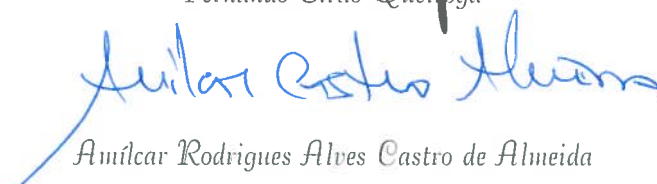
O Conselho de Administração



António Alberto Pires Aguiar Machado



Fernando Cirão Queiroga



Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		31-Dez-2015	31-Dez-2014
Vendas e serviços prestados	5	10 414 073,06	7 768 228,99
Vendas		10 6	-
Serviços Prestados			405 281,89
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-1 606,95	-3 515,76
Fornecimentos e serviços externos	7	-3 327 680,71	-2 228 932,11
Gastos com o pessoal	8	-844 857,48	-721 700,75
Provisões (aumentos/reduções)	22	-112 293,11	
Outros rendimentos e ganhos	9	329 076,10	233 187,10
Subsídios ao Investimento		284 236,06	225 709,42
Outros		44 840,04	7 477,68
Outros gastos e perdas	10	-2 432 939,44	-1 497 144,34
Impostos		-260 557,25	-94 999,47
Correções relativas a anos anteriores		-16 588,94	
Donativos		-1 915 400,00	-902 400,00
Quotizações		-11 639,00	-7 399,00
Ação Social		-35 793,00	-17 712,00
Protocolos		-31 350,00	-31 350,00
Compensação EDP (Eólicas)		-155 629,41	-45 506,79
Insuficiência de Estimativa para Impostos			-395 397,56
Outros		-5 981,84	-2 379,52
EBITDA: Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 023 771,47	3 550 123,13
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	14 E 15	-2 382 706,59	-1 213 524,32
EBIT: Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 641 064,88	2 336 598,81
Juros e rendimentos similares obtidos	11	9 493,52	6 646,60
Juros e gastos similares suportados		-238 193,23	-118 162,67
Resultado antes de impostos		1 412 365,17	2 225 082,74
Imposto sobre o rendimento do período	12.1	-748 521,48	-836 579,17
Imposto Diferido	12.2	23 581,55	47 384,38
Resultado líquido do período		687 425,24	1 435 887,95

Alto Tâmega

BALANÇO			
ATIVO	Notas	PERÍODOS	
		31-Dez-2015	31-Dez-2014
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	3.2-A; 13	11 723 284,70	13 456 510,34
Ativos intangíveis	3.2-B; 14	3 853 979,98	4 420 588,67
Outros ativos financeiros	15	1 128,51	233,64
Ativos por impostos diferidos	16	60 822,10	37 240,54
SOMA		15 639 215,29	17 914 573,19
Ativo corrente			
Inventários	6	33 166,92	30 672,35
Clientes	17	17 863,33	26 742,45
Outras contas a receber	18	1 423 518,66	2 548 237,42
Diferimentos	19	483 120,78	529 352,35
Caixa e depósitos bancários	4	3 384 859,62	4 703 329,96
SOMA		5 342 529,31	7 838 334,53
TOTAL DO ACTIVO		20 981 744,60	25 752 907,72
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado		900 000,00	900 000,00
Reservas legais	20.1	1 154 699,13	1 118 811,18
Outras reservas	20.2	6 520 924,82	2 148 679,89
Resultados transitados			5 572 244,93
Outras variações no capital próprio	20.3	2 362 068,25	2 586 614,75
SOMA		10 937 692,20	12 326 350,75
Resultado líquido do período		687 425,24	1 435 887,95
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		11 625 117,44	13 762 238,70
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	21	449 734,60	337 441,49
Financiamentos obtidos	22	3 999 775,39	6 394 049,13
Passivos por impostos diferidos	16	0,00	687 581,13
Outras contas a pagar	23	906 040,30	337 838,00
SOMA		5 355 550,29	7 756 909,75
Passivo corrente			
Fornecedores	24	95 648,76	102 762,69
Estado e outros entes públicos	25	946 125,08	1 121 054,95
Financiamentos obtidos	22	2 488 857,08	2 714 817,78
Outras contas a pagar	26	470 445,95	295 123,85
TOTAL DO PASSIVO		9 356 627,16	11 990 669,02
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		20 981 744,60	25 752 907,72

Manoel

Quirino

António

DESCRIÇÃO	Capital próprio atribuído aos detentores de capital						Total do Capital Próprio
	Capital Realizado	Reservas Legais	Outros Reservas	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Exercício	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO (A)	900 000,00	1 118 811,18	2 148 679,89	5 572 244,93	2 586 614,75	1 435 887,95	13 762 238,70
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Ajustamentos por impostos diferidos					-224 546,50		-224 546,50
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		35 887,95	5 572 244,93	-4 172 244,93		-1 435 887,95	0,00
(B)	0,00	35 887,95	5 572 244,93	-4 172 244,93	-224 546,50	-1 435 887,95	-224 546,50
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (C)						687 425,24	687 425,24
RESULTADO INTEGRAL (D) (D=B+C)						-748 462,71	687 425,24
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Distribuições			-1 200 000,00	-1 400 000,00			-2 600 000,00
(E)	0,00	0,00	-1 200 000,00	-1 400 000,00	0,00	0,00	-2 600 000,00
POSIÇÃO NO FINAL DO PERÍODO (F) (F=A+B+C+E)	900 000,00	1 154 699,13	6 520 924,82	0,00	2 362 068,25	687 425,24	11 625 117,44

Thomaz

Julian

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		
	PERÍODOS	
	31-Dez-2015	31-Dez-2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	14 223 420,99	8 415 550,49
Pagamentos a fornecedores	-3 758 502,48	-2 425 313,68
Pagamentos ao pessoal	-812 602,84	-718 955,38
Caixa gerada pelas operações	9 652 315,67	5 271 281,43
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-1 408 688,24	-705 066,79
Outros recebimentos/pagamentos	-4 211 052,66	-2 321 670,38
Fluxos de caixa das actividades operacionais (A)	4 032 574,77	2 244 544,26
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-91 181,80	-101 266,48
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos Financeiros		1 671 168,39
Juros e rendimentos similares	9 986,55	1 954,42
Fluxos de caixa das actividades de investimento (B)	-81 195,25	1 571 856,33
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-2 714 817,87	-1 570 735,58
Juros e gastos similares	-207 031,99	-80 441,69
Dividendos	-2 348 000,00	
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (C)	-5 269 849,86	-1 651 177,27
Variação de caixa e seus equivalentes (A+B+C)	-1 318 470,34	2 165 223,32
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 703 329,96	2 538 106,64
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 384 859,62	4 703 329,96

Alfonso

Alfonso

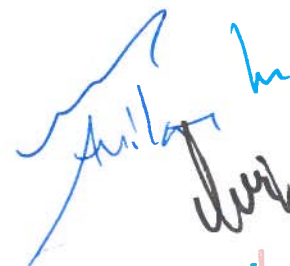
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 — Designação Da Entidade

EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA., foi constituída por escritura pública em 30 de julho de 1989, com sede na Rua D. Nuno Alvares Pereira, freguesia de Salvador, Vila e Município de Ribeira de Pena, nº de Identificação de pessoa coletiva 502227842, e registada na Conservatória do Registo Comercial de Ribeira de Pena sob o nº 502227842, ao abrigo do artigo 19º da lei 50/2012 de 31 de agosto a empresa passou a integrar o setor empresarial local.

Em resultado da adaptação da mencionada lei a denominação da empresa passou para EHATB – Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA e passou a ter o seguinte objeto social:

Produção de energia elétrica; Promoção, manutenção e conservação de infraestruturas urbanísticas e gestão urbana; Renovação e reabilitação urbanas e gestão do património edificado; Promoção e gestão de imóveis de habitação social; Promoção do desenvolvimento urbano e rural no âmbito intermunicipal. A sociedade pode ainda exercer, excecionalmente, a atividade de promoção do desenvolvimento urbano e rural de âmbito municipal, nas condições previstas na Lei sobre o regime jurídico da atividade empresarial local. A sociedade poderá também, desde que para o efeito esteja habilitada, exercer outras atividades para além daquelas que constituem o seu objeto principal, quando consideradas acessórias ou complementares.



2 — Referencial Contabilístico De Preparação Das Demonstrações Financeiras

Para os exercícios até e incluindo o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a empresa preparou as suas demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano Oficial de Contas (POC). Decorrente da aprovação do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, estas demonstrações financeiras do exercício foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adotados a 31 de dezembro de 2015 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014.

3 — Principais Políticas Contabilísticas

3.1 — Bases de apresentação e mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Bases de Apresentação: as demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

Bases de Mensuração: As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o custo histórico. As políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e descritas nas respetivas notas anexas.

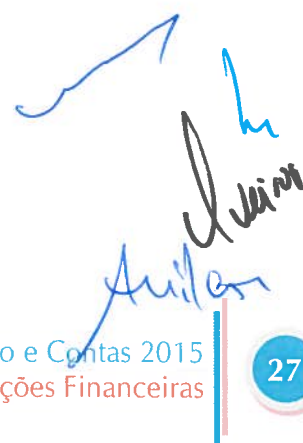
Comparabilidade dos Saldos: em 31 de outubro de 2014, foi concretizada a operação de fusão com a sociedade EEA, Lda, empresa que detinha os parques eólicos do Alvão. A partir dessa data, as operações da sociedade incorporada, a EEA, Lda., passaram a ser registadas no âmbito da atividade operativa da Empresa.

Nestas circunstâncias, a conta de exploração relativa ao ano de 2014 inclui apenas os dois últimos meses desse ano da produção de energia eólica do parque do Alvão e respetivos gastos.

Por outro lado, em relação a 2015, a conta de exploração agora apresentada expressa a totalidade das operações do ano dessa produção eólica.

Assim, as demonstrações financeiras em apreço, em particular os rendimentos e os gastos, poderão não ser considerados como diretamente comparáveis.

Aliás, como veremos nas notas seguintes, muitas das variações verificadas nas contas são justificadas pela referida operação de fusão nessa data.



3.2 - Principais Políticas Contabilísticas Adotadas Na Preparação Das Demonstrações Financeiras

A - Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009, data da transição para as NCRF, encontram-se registados ao custo histórico, deduzido das depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

Os terrenos não são amortizados.

Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.

a) Base de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta;

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações acumuladas, calculadas de acordo com a vida útil.

b) Métodos de depreciação usados;

As depreciações são calculadas tendo por base a quantia depreciável dos bens pelo método da linha reta e imputadas aos resultados do período numa base sistemática ao longo da vida útil do bem, a qual é determinada tendo em consideração o período esperado de utilização do ativo.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a empresa e o respetivo gasto possa ser mensurado com fiabilidade.

Os demais dispêndios com reparação e manutenção que não aumentem a vida útil dos ativos são reconhecidos como gasto do período em que são incorridos.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica “Perdas por Imparidade” da demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.

B – Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que deles fluam, para a empresa, benefícios económicos futuros, sejam controláveis pela empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos, pelo método da linha reta, de uma forma consistente, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

O período de amortização e o método de amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida são revistos no final de cada período.

Atividades de concessão da empresa

O International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) emitiu em julho de 2007, a Interpretação IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços.

Esta interpretação foi aprovada pela Comissão Europeia em 25 de março de 2009, sendo aplicável para os exercícios que se iniciaram após aquela data.

No caso da EHATB, o primeiro exercício após a data de entrada em vigor mencionada é o exercício de 2010, pelo que a empresa adotou a IFRIC 12 para efeitos comparativos com referência a 1 de janeiro de 2009. A IFRIC 12 é aplicável a contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública controla ou regula os serviços prestados através da utilização de determinadas infraestruturas bem como o preço dessa prestação e controla igualmente qualquer interesse residual significativo nessas infraestruturas.

De acordo com a IFRIC 12, as infraestruturas enquadradas nas concessões não são reconhecidas pelo operador como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que se considera que o operador não controla os ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contabilísticos, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo concedente no âmbito do contrato:

- Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o operador tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registo de um ativo financeiro, o qual é registado ao custo amortizado.

- Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o operador, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de procura) afetas à concessão e resulta no registo de um ativo intangível.

- Modelo misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Os ativos intangíveis afetos a concessões são amortizados de acordo com a respetiva vida útil durante o período da concessão.

A empresa procede a testes de imparidade relativamente aos ativos intangíveis afetos a concessões sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

No negócio da EHATB, a IFRIC 12 é aplicável à concessão atribuída ao Aproveitamento Hidroeléctrico de Bragadas, sendo aplicável o “*Modelo de Ativo Intangível*”.

C – Instrumentos Financeiros

Políticas contabilísticas

É política da empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A empresa mensura ao custo, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento – a Euribor – ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado.

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

C₁ - Clientes e Contas a Receber

As contas a receber são ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados num mercado ativo. São originados quando a EHATB fornece dinheiro, bens ou serviços diretamente a um devedor, sem intenção de negociar a dívida. São incluídos nos ativos correntes, exceto quanto a maturidade superior a 12 meses após a data do balanço, sendo nesse caso classificados como ativos não correntes.

Os saldos de clientes e outros ativos correntes são mensurados pelo valor nominal menos quaisquer perdas por imparidade, necessárias para os colocar ao seu valor realizável líquido esperado. Uma conta a receber encontra-se em imparidade quando existe evidência objetiva de que a empresa não irá receber os montantes em dívida tendo em conta as condições originais da conta a receber.

A perda por imparidade traduz-se na diferença entre a quantia escriturada e a quantia que se espera vir a ser recuperável. O montante da perda por imparidade apurado é reconhecido nos resultados do período quando existe evidência objetiva de que a quantia escriturada já não é recuperável.

C₂ - Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método direto. A Empresa classifica na rubrica ‘Caixa e equivalentes de caixa’ os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os pagamentos a pessoal e outros recebimentos e pagamentos relacionados com a atividade operacional.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são passíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

C₃ - Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros são reconhecidos pelo respetivo custo e desreconhecidos quando expiram os direitos de receber os respetivos fluxos de caixa ou quando a empresa transferiu para outra parte todos os riscos significativos e benefícios inerentes à posse do ativo financeiro.

Em cada data de balanço a empresa verifica a existência de evidência objetiva de imparidade e reconhece qualquer perda por imparidade apurada nos resultados do período. Quando, subsequentemente, se verifica que a perda por imparidade diminuiu ou já não existe, a empresa procede à sua reversão nos resultados do período, exceto quando a perda por imparidade se relaciona com instrumentos de capital próprio, não sendo a reversão, nestas situações, permitida.

C4 - Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos ao custo, líquido de custos de transação incorridos, quando relevantes.

Os empréstimos são expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos obtidos, são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime de acréscimo

D - Regime do Acréscimo - Especialização de Exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo, "especialização dos exercícios". As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras Contas a Pagar", "Outras Contas a Receber" e/ ou "Diferimentos".

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de "Outros ativos correntes", "Outros ativos não correntes", "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes" são registados os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

E - Rédito

Os réditos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes e sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os réditos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

F - Subsídios do Governo

Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os Subsídios ao investimento não reembolsáveis, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados no capital próprio da empresa, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração de resultados, como rendimentos, numa base sistemática proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

Como a existência destes subsídios não traduzem um aumento do capital próprio absoluto, uma vez que os mesmos são sujeitos a tributação, é nesse sentido, reconhecido um passivo pelo montante do imposto, associado ao valor do subsídio reconhecido no capital próprio.

G - Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento do período engloba o imposto corrente e o imposto diferido.

O imposto corrente é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos ativos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas diretamente nos capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capitais próprios, não afetando o resultado do exercício.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas, por um período de quatro anos, a eventuais correções por parte da Administração Fiscal, (cinco anos para a segurança social).

Os prejuízos fiscais apurados num determinado exercício, sujeitos também a inspeção e ajustamentos, podem ser deduzidos aos lucros tributáveis, havendo-os, de um ou mais dos doze períodos de tributação posteriores. No entanto, a dedução a efetuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 70 % do respetivo lucro tributável, nos termos do artigo 52.º do CIRC.

É convicção da Administração, que eventuais correções resultantes da revisão/inspeção, por parte da Administração Tributária, à situação fiscal e parafiscal da Empresa em relação aos exercícios em aberto não terão um efeito material nas demonstrações financeiras.

H – Distribuição de Dividendos

A distribuição de dividendos aos detentores do capital é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Empresa, no período em que os dividendos são aprovados pelos acionistas e até ao momento da sua liquidação.

I - Classificação de Balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos e as provisões para outros riscos e encargos são classificados, também, como não correntes.

J– Reservas

Reserva Legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da ‘reserva legal’ até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

K — Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.3 — Na preparação das demonstrações financeiras anexas, preparadas de acordo com as NCRF, não foram efetuados juízos de valor, nem utilizados pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Não estão previstas quebras de atividade nem alterações que envolvam risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o próximo ano.

O Conselho de Administração considera que as decisões tomadas e as escolhas por si efetuadas foram as mais apropriadas, em relação a eventuais alternativas existentes aos tratamentos contabilísticos que foram adotados pela Empresa.

Nessas circunstâncias, as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada, a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações em todos os aspetos considerados materialmente relevantes.

4 — Fluxos de Caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a seis meses).

O montante apresentado em caixa e depósitos bancários decompõe-se do seguinte modo:

Disponibilidades	31-Dez-2015	31-Dez-2014
Caixa	182,54	358,14
Numerário	182,54	358,14
Depósitos bancários	3.384.677,08	4.702.971,82
Depósitos à ordem	1.095.102,18	3.020.247,40
Outros depósitos bancários	2.289.574,90	1.682.724,42
Caixa e depósitos bancários	3.384.859,62	4.703.329,96

5 — Vendas e Serviços Prestados

O volume de negócios da Empresa para os períodos em análise, foi o seguinte:

Volume de Negócios	31-Dez-2015	31-Dez-2014
Vendas	10.265.523,71	7.362.947,10
Prestação de Serviços	148.549,35	405.281,89
Total	10.414.073,06	7.768.228,99

As vendas compreendem os montantes faturados pela venda de eletricidade à "EDP". As prestações de serviços referem-se aos serviços prestados de apoio administrativo e técnico.

a diversas entidades, também elas produtoras de energia, líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

6 – Custo das Matérias Consumidas

O apuramento desta rubrica resulta do seguinte:

Custo das Matérias Consumidas	31-12-2015	31-12-2014
Inventários Iniciais	30.672,35	30.683,80
Compras	4.101,52	3.504,31
Inventários transferidos das empresas incorporadas		
Inventários Finais	33.166,92	30.672,35
CMVMC	1.606,95	3.515,76

7 – Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe da rubrica "Fornecimentos e Serviços Externos" no período em análise é o seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos	31-Dez-2015	31-Dez-2014
Subcontratos	1.062.673,73	669.776,43
Serviços Especializados	1.111.772,75	645.964,03
Materiais	52.142,45	58.366,82
Energia e Fluidos	51.360,02	49.483,75
Serviços Diversos	1.038.139,81	801.602,15
Total FSE	3.327.680,71	2.228.932,11

8 – Gastos com o Pessoal

Gastos com Pessoal	31-Dez-2015	31-Dez-2014
Remunerações	611.204,31	549.717,22
Encargos Sobre Remunerações	144.005,65	124.336,47
Seguros de Acidentes de Trabalho	6.179,02	5.985,96
Gastos de Ação Social	35.824,13	34.023,30
Outros Gastos com Pessoal	47.644,37	7.637,80
Total	844.857,48	721.700,75

9 – Outros Rendimentos e Ganhos

No período em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Outros Rendimentos e Ganhos	31-Dez-2015	31-Dez-2014
Subsídios ao Investimento	284.236,06	225.709,42
Outros	44.840,04	7.477,68
Total	329.076,10	233.187,10

O valor registado em “Subsídios ao Investimento” refere-se ao reconhecimento em resultados do período dos subsídios ao investimento recebidos.

A rubrica “Outros” inclui, entre outros, as verbas recebidas pelo IEFP para compensar os gastos, registados nas rubricas “Gastos com Pessoal” dos estagiários, contratados ao abrigo das portarias: 204/2013 e 375/2013, 149/B/2014 e despacho 9841-A/2014 e 149/B/2014 e despacho 9841-A/2015.

10 – Outros Gastos e Perdas

No período em análise, esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Outros Gastos e Perdas	31-Dez-2015	31-Dez-2014
Impostos	260.557,25	94.999,47
Correções Relativas a Períodos Anteriores	16.588,94	
Donativos	1.915.400,00	902.400,00
Quotizações	11.639,00	7.399,00
Insuficiência de Estimativa P/Impostos		395.397,56
Ação Social	35.793,00	17.712,00
Outros	192.961,25	79.236,31
Total	2.432.939,44	1.497.144,34

A rubrica “Donativos” inclui os donativos que, por deliberação do Conselho de Administração foram atribuídos a Municípios, Juntas de Freguesia, Associações Culturais e outras entidades, da Região do Alto Tâmega.

A rubrica “Outros” inclui, entre outros, a compensação, paga à EDP, pela adesão ao regime remuneratório previsto na alínea a) do número 3 do artigo 5.º Do DL 35/2013, que neste período se traduziu num gasto de 155 629,41 euros.

11 – Rendimentos e Gastos Financeiros

No período em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Rendimentos e Gastos Financeiros	31-Dez-2015	31-Dez-2014
Rendimentos e Ganhos Financeiros	9.493,52	6.646,60
De depósitos Bancários	9.493,52	6.428,27
De financiamentos Concedidos a Subsidiárias		218,33
Gastos e Perdas Financeiros	238.193,23	118.162,67
De Juros e gastos similares de empréstimos obtidos	224.937,97	100.298,93
De Juros de Contratos de Locação Financeira		
De Outros Encargos Financeiros	13.255,26	17.863,74
Resultado Financeiro	-228.699,71	-111.516,07

Os rendimentos e ganhos financeiros, incluem os juros obtidos decorrentes de aplicações financeiras.

Os gastos e perdas financeiros incluem os juros, comissões, imposto de selo e outros gastos, afetos aos empréstimos obtidos.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio do acréscimo.

12 – Imposto Sobre o Rendimento do Período

12.1 — Divulgação separada dos principais componentes de gasto de impostos:

Reconciliação do Imposto Estimado	PERÍODOS	
	31-Dez-2015	31-Dez-2014
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO	1.412.365,17	2.225.082,74
Variações patrimoniais negativas		-26.073,95
Acréscimos à matéria coletável	147.569,31	408.163,60
Deduções à matéria coletável	-631.153,10	-349.715,00
Matéria Coletável	928.781,38	2.257.457,39
Imposto	195.044,09	518.315,20
Resultado da liquidação	514.479,12	238.187,85
Imposto Corrente	709.523,21	756.503,05
Tributação autónoma	25.066,59	23.490,53
Derrama Municipal	13.931,72	33.861,86
Derrama estadual		22.723,72
Imposto sobre o Rendimento do Período	748.521,53	836.579,17

O IRC devido é genericamente calculado sobre a matéria coletável apurada, por aplicação àquela da taxa de IRC (coleta), com subsequente acréscimo e dedução de determinados valores decorrentes da Lei (e.g., acréscimo de provisões, depreciações, juros moratórios e compensatórios, não aceites fiscalmente, majoração de donativos etc.), para quantificação do imposto a pagar ou a recuperar, operações que são demonstradas no quadro acima.

Nos termos do artigo 88º do CIRC, a empresa encontra-se também sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, nomeadamente, com viaturas ligeiras de passageiros (entre 10% e 35% de acordo com o valor das viaturas), despesas de representação (10%), e ajudas de custo e compensação por utilização de viatura própria, (5%).

Nos termos do artigo 92º do CIRC, a coleta do IRC, líquida das deduções relacionadas com benefícios fiscais, nunca poderá resultar inferior a 90% do valor que resultaria se o sujeito passivo não usufruísse desses benefícios. A aplicação deste artigo, pretende limitar o efeito de determinados benefícios fiscais (donativos) no apuramento do IRC liquidado, por forma a que se não possa apurar uma taxa efetiva de tributação inferior a 19% ($0.9 \times 21\%$). No caso da EHATB, tais ajustamentos afiguram-se relevantes, tendo o valor do resultado da liquidação, pela aplicação do artigo 92º, ascendido a 514 479,12 €.

A empresa encontra-se sujeita a imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas “IRC”, cuja taxa atual é de 21%.



12.2 — Reconciliação dos Impostos Diferidos

No final do período em análise, os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos, ocorrido para os períodos apresentados, foi como se segue:

Impostos Diferidos	31-Dez-2015	31-Dez-2014
Depreciações não aceites fiscalmente - Gastos Desmantelamento		-1.989,70
Provisões	-23.581,55	
Desreconhecimento de ativos na transição		6.518,49
Impostos Diferidos Ativos	-23.581,55	4.528,79
Em Subsídios		-51.913,17
Impostos Diferidos Passivos	0,00	-51.913,17
Total	-23.581,55	-47.384,38

12.3 – A reconciliação da taxa efetiva de IRC, nos períodos em análise, é analisada como segue:

Reconciliação da Taxa Efetiva Do Imposto	31-Dez-2015	31-Dez-2014
Resultado Antes de Impostos	1.412.365,17	2.225.082,74
Matéria Coletável (Após regularizações)	928.781,38	2.257.457,39
Imposto Corrente	709.523,21	756.503,05
Impostos Diferidos	-23.581,55	-47.384,38
Imposto sobre o Rendimento do Período	685.941,66	709.118,67
Tributações Autonomas	25.066,59	23.490,53
Derrama (Municipal e Estadual)	13.931,72	56.585,58
Taxa Efetiva de Imposto	51,33%	35,47%

13 – Ativos Fixos Tangíveis

No final do período em análise, o movimento ocorrido nas rubricas dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativo Bruto	Saldo Inicial 31-Dez-2014	Aquisições	Abates	Alienações	Saldo Final 31-Dez-2015
Terrenos	59.183,03				59.183,03
Edifícios	4.551.106,90				4.551.106,90
Equip. básico	25.955.678,93		-47,90		25.955.631,03
Equip. transporte	219.173,00				219.173,00
Equip. administrativo	275.169,36	19.181,07	-91.530,23		202.820,20
Outros Ativos Fixos Tangíveis	320.888,99	49.425,47	-3.743,40	-2.952,00	363.619,06
	0,00				0,00
Total	31.381.200,21	68.606,54	-95.321,53	-2.952,00	31.351.533,22

Depreciações e Perdas por Imparidade Acumuladas	Saldo Inicial 31-Dez-2014	Depreciações no Período	Abates	Adições	Saldo Final 31-Dez-2015
Edifícios	2.451.551,66	220.013,52			2.671.565,18
Equip. básico	14.785.314,37	1.509.723,65	-47,90		16.294.990,12
Equip. transporte	154.350,42	18.546,13			172.896,55
Equip. administrativo	251.661,45	18.965,24	-91.530,23		179.096,46
Outros Ativos Fixos Tangíveis	281.811,97	32.000,64	-3.743,40	-369,00	309.700,21
Total	17.924.689,87	1.799.249,18	-95.321,53	-369,00	19.628.248,52

Ativo Líquido	Saldo Inicial 31-Dez-2014	Aumentos	Alienações	Diminuições	Saldo Final 31-Dez-2015
Ativo Fixo Tangível	13.456.510,34	68.606,54	2.952,00	1.798.880,18	11.723.284,70
Total	13.456.510,34	68.606,54	2.952,00	1.798.880,18	11.723.284,70

Os parques Eólicos do Alvão, da Serra de Mairós, da casa da Lagoa e do Leiranco integram o ativo da empresa, nas rubricas “edifícios e outras construções” necessárias á implantação dos parques e ao “Equipamento Básico”, (Geradores Eólicos), acrescidas do valor estimado dos correspondentes gastos de desmantelamento.

Os gastos de desmantelamento, remoção de ativos e restauração do local, foram incluídos no custo do ativo relacionado, na rubrica “Edifícios e Outras Construções”. O custo total, por simplificação, foi estimado ao valor corrente no montante de 74.207 euros, para o parque eólico da Serra de Mairós, o montante de 32.923 euros, para cada um dos parques do Leiranco e da Casa da Lagoa e o montante de 197.785 euros, relativo ao parque Eólico

do Alvão I e II. Este gasto é depreciado em cada período da mesma forma que o ativo correspondente.

Em contrapartida, foi reconhecido um passivo, porque claramente definida a obrigação, no mesmo montante, que será utilizado apenas quando os custos forem incorridos.

À data de cada balanço, quaisquer atualizações no valor estimado serão tomadas em consideração, sendo registadas em gastos ou rendimentos do exercício por contrapartida da correspondente conta do Passivo.

Todos os ativos fixos tangíveis, encontram-se localizados em território nacional, estão em poder da “Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA” e encontram-se integralmente afetos à atividade da empresa.

13.1 - Investimentos Implantados em propriedade Alheia

De referir que cada um destes parques Eólicos se encontra implantado em terrenos baldios, pertencentes às juntas de freguesia da jurisdição da mesma, por esta explorados, ou explorados por conselhos diretivos ou associações de compartes, da mesma jurisdição.

Assim:

- O Parque Eólico da Serra de Mairos encontra-se implantado em terrenos baldios pertencentes à Junta de Freguesia de Mairos, a qual, por contrato “Promessa de Cessão de Exploração de Terrenos Baldios”, celebrado em 01 de julho de 2002 cedeu a “Empreendimentos Hidroeléctricos do Alto Tâmega e Barroso, EIM, SA” os referidos terrenos baldios, para instalação dos parques eólicos de Mairos I e II.
- O Parque Eólico Leiranco encontra-se implantado em terrenos baldios pertencentes à junta de Freguesia de Sapiãos, a qual, por contrato “Promessa de Constituição do Direito de Superfície sobre Terrenos Baldios”, celebrado em 20 de julho de 2001 cedeu ao “Município de Boticas” os referidos terrenos baldios, com vista aos estudos para a

instalação de um parque eólico. Por contrato de cessão de posição contratual, de 26 de junho de 2002, ao abrigo da cláusula décima segunda do mesmo contrato, o “Município de Boticas” cedeu a sua posição à empresa “Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso”.

- O Parque Eólico da Casa da Lagoa encontra-se implantado em terrenos baldios pertencentes à Associação de Compartes de Barbadães de Baixo, a qual, por contrato “Promessa de Constituição do Direito de Superfície sobre Terrenos Baldios”, celebrado em 20 de Julho de 2001 cedeu a “Empreendimentos Hidroelétricos do Alto Tâmega e Barroso” os referidos terrenos baldios,” para instalação do parque eólico da Casa da Lagoa.

O Parque Eólico do Alvão está implantado em terrenos baldios pertencentes às seguintes entidades:

- Conselho Diretivo dos Baldios de Souto e Outeiro, concelho de Vila Pouca de Aguiar, que, por contrato “Promessa de Cessão de Exploração de Terrenos Baldios” cedeu os terrenos baldios descritos no referido contrato, para instalação do parque eólico do Alvão. Este contrato, celebrado por três anos, é prorrogado automaticamente por dois períodos sucessivos, de vinte e cinco e de dez anos, respetivamente.
- Junta de Freguesia do Alvão, constituída em 2013, no âmbito da Reforma Administrativa Nacional pela agregação das freguesias de Afonsim, Gouvães da Serra e Santa Marta da Montanha. Por contrato “Promessa de Cessão de Exploração de Terrenos Baldios” a então Freguesia de Gouvães da Serra, cedeu os terrenos baldios, descritos no referido contrato, para instalação do parque eólico do Alvão. Este contrato, celebrado por três anos, é prorrogado automaticamente por dois períodos sucessivos, de vinte e cinco e de dez anos, respetivamente.

Por contrato “Promessa de Constituição do Direito de Superfície sobre Terrenos Baldios”, a então Freguesia de Santa Marta da Montanha, cedeu os terrenos baldios,

descritos no referido contrato, para instalação do parque eólico do Alvão. Este contrato, celebrado por três anos, é prorrogado automaticamente por dois períodos sucessivos, de vinte e cinco e de dez anos, respetivamente.

- Junta de Freguesia de Telões e Compartes dos Baldios de Telões, concelho de Vila Pouca de Aguiar. Por contrato "Promessa de Cessão de Exploração de Terrenos Baldios", cederam os terrenos baldios descritos no referido contrato, tendo em vista a instalação do parque eólico do Alvão. Este contrato, celebrado por vinte e cinco anos, é prorrogado automaticamente por mais dez anos.

14 - Ativos Intangíveis

No período em análise, o movimento ocorrido nas rubricas dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Ativo Bruto	Saldo Inicial 31-Dez-2014	Aquisições	Abates	Saldo Final 31-Dez-2015
Programas computador	7.550,65	16.848,72		24.399,37
Propriedade industrial	13.400.519,08			13.400.519,08
Total	13.408.069,73	16.848,72	0,00	13.424.918,45

Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	Saldo Inicial 31-Dez-2014	Amortizações no Período	Ajustamentos	Saldo Final 31-Dez-2015
Programas computador	6.063,39	6.629,26	-0,83	12.691,82
Propriedade industrial	8.981.418,50	576.828,15		9.558.246,65
Total	8.987.482,34	583.457,41	-0,83	9.570.938,47

Ativo Líquido	Saldo Inicial 31-Dez-2014	Aumentos	Diminuições	Saldo Final 31-Dez-2015
Programas computador	1.487,26	16.848,72	6.628,43	11.707,55
Propriedade Industrial	4.419.100,58		576.828,15	3.842.272,43
Total	4.420.588,67	16.848,72	583.456,58	3.853.979,98

15 – Outros Ativos Financeiros

O detalhe da rubrica de "Outros Ativos Financeiros" no período em análise é o seguinte:

Outros Ativos Financeiros	Saldo em 31-dez-2014	Diminuições	Aumentos	Saldo em 31-Dez-2015
Fundo Compensação do Trabalho	233,64		894,87	1.128,51
Total				1.128,51

O Fundo de Compensação do Trabalho, é um fundo de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho dos seus trabalhadores. São abrangidos os trabalhadores cujos contratos de trabalho sejam celebrados após a entrada em vigor da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, isto é, 01 de outubro de 2013.

16 – Impostos Diferidos Ativos e Passivos

Impostos Diferidos	Saldo em 31-Dez-2014	Variação no Período	Saldo em 31-Dez-2015
Reconhecimento de amortizações não aceites fiscalmente	37.240,55		37.240,55
Provisões		23.581,55	23.581,55
Impostos Diferidos Ativos	37.240,55	23.581,55	60.822,10
Em Subsídios	687.581,13	-687.581,13	0,00
Impostos Diferidos Passivos	687.581,13	-687.581,13	0,00

Impostos diferidos Ativos

O valor registado na rubrica *"Reconhecimento de amortizações não aceites fiscalmente"* refere-se ao reconhecimento do imposto diferido resultante do registo, em resultados, da depreciação de "gastos de desmantelamento" que de acordo com a, então, redação do artigo 39.º do CIRC não eram aceites fiscalmente o que resultava numa diferença temporária tributável.

Com a nova redação do referido artigo 39.º, estas depreciações passaram a ser aceites fiscalmente, logo, deixaram de originar o reconhecimento de impostos diferidos, mantendo-se o valor aqui registado, até ao desmantelamento do bem, objeto de depreciação.

Impostos diferidos Passivos

Com a entrada em vigor do SNC, os subsídios ao investimento, não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis passaram a ser apresentados no balanço, como componente do capital próprio, e imputados como rendimento ao exercício numa base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

Reconhecendo a CNC que, no caso de subsídio não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, não haver qualquer diferença temporária tributável, e, logo, não haver lugar ao reconhecimento de qualquer passivo por impostos diferidos, uma vez que o período de reconhecimento contabilístico do subsídio como rendimento e o momento da sua tributação coincidem, o valor do imposto diferido, aqui registado, foi transferido para uma subconta de "Outros devedores e credores".

17 – Clientes

O detalhe da rubrica de "Clientes" no período em análise é o seguinte:

Clientes	31-dez-2015	31-Dez-2014
Clientes Gerais	17.863,33	26.742,45
Total	17.863,33	26.742,45

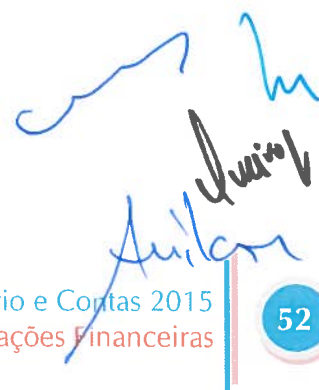
18 - Outras Contas a Receber

O detalhe da rubrica de "Outras Contas a Receber" no período em análise é o seguinte:

Outras Contas a Receber	31-dez-2015	31-Dez-2014
EDP - Produção Energia	957.927,92	2.093.312,18
Estado - Inspeção	332.188,08	321.220,15
Devedores P/ Acrescimo de Rendimentos	15.260,12	16.472,57
Adiantamentos ao Pessoal	2.317,36	1.102,13
Outros Devedores Diversos	115.825,18	116.130,39
Total	1.423.518,66	2.548.237,42

A rubrica "Outras Contas a Receber" inclui o valor pago à Administração Fiscal em resultado da ação inspetiva externa, em sede de IVA, efetuada aos exercícios de 2008 e 2009, que de acordo com a A.T. foi deduzido indevidamente. Desta decisão, e após o indeferimento da reclamação graciosa apresentada, o Conselho de Administração decidiu interpor recurso judicial. A inquirição de testemunhas ocorreu a 22 de Junho de 2015.

A rubrica "Outros Devedores Diversos" inclui o montante de 111.325,18 euros em resultado de desreconhecimento do ativo financeiro associado à participação detida na Hidroeléctrica de Mosteirão. Foi constituída uma provisão, uma vez que não se nos afigura bem determinável o valor recuperável deste ativo. (Nota 21)



19 – Diferimentos

A rubrica “Diferimentos” apresenta o seguinte detalhe:

Gastos a Reconhecer	31-dez-2015	31-Dez-2014
Seguros	28.538,18	47.285,62
Protocolo de Contrapartidas	336.314,00	367.664,00
Contratos cessão de exploração	2.750,03	12.250,07
Contratos Manutenção - ENERCON	57.875,73	57.608,62
Baterias e Condensadores - Alvão	38.588,31	43.411,83
Outros	19.054,53	1.132,21
Total	483.120,78	529.352,35

- Em “Protocolos de contrapartidas” estão contabilizados valores a reconhecer em gasto dos próximos exercícios referentes a contrapartidas financeiras, atribuídas aos Municípios, em resultado da renúncia à prossecução da atividade de produção de energia conforme contratos programa celebrados em 2007. O valor diferido teve em conta o período de vida útil de 25 anos para cada um dos Parques Eólicos instalados e do Empreendimento Hidroelétrico de Bragadas.
- Em “Contratos de cessão de exploração” estão contabilizadas as rendas, já pagas, a diversas juntas de freguesia e concelhos diretivos a reconhecer em gasto dos próximos exercícios, conforme contratos de cessão de exploração celebrados, com vista ao estudo de potencial eólico. O valor diferido teve em conta o período de três anos.
- O valor registado na rubrica “Outros” diz respeito ao pagamento efetuado à “ENERCON” decorrente dos contratos, “ Full Guarantee & Warranty / Maintenance & Service” com ela celebrado, para manutenção dos parques eólicos de Mairos I, Mairos II, Leiranco, Casa da Lagoa e Parque Eólico do Alvão, cujo vencimento ocorrerá no próximo exercício.

20 – Capital Próprio

No final do período, o capital social da EHATB encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 180.000 ações com o valor nominal de 5 €, é detido pelas entidades de acordo com o seguinte detalhe:

Entidade	%	N.º de Ações	Valor
Município de Boticas	16,66	30	150.000 €
Município de Chaves	16,66	30	150.000 €
Município de Montalegre	16,66	30	150.000 €
Município de Ribeira de Pena	16,66	30	150.000 €
Município de Valpaços	16,66	30	150.000 €
Município de Vila Pouca de Aguiar	16,66	30	150.000 €
TOTAL	100	180	900.000 €

E era decomposto como segue:

CAPITAL PRÓPRIO	Saldo Inicial 31-Dez-2014	Aumentos	Diminuições	Saldo Final 31-dez-2015
Capital Social	900.000,00			900.000,00
Reservas:	3.267.491,07			7.675.623,95
Reservas Legais	1.118.811,18	35.887,95		1.154.699,13
Outras Reservas	130.243,08	5.572.244,94	1.200.000,01	4.502.488,01
Reservas de Fusão	2.018.436,81			2.018.436,81
Resultados Transitados	5.572.244,93	1.435.887,95	7.008.132,88	0,00
Outras Variações nos Capitais Próprios	2.586.614,75	59.689,56	284.236,06	2.362.068,25
Resultado Líquido do Exercício	1.435.887,95	687.425,24	1.435.887,95	687.425,24
TOTAL	13.762.238,70	7.791.135,64	9.928.256,90	11.625.117,44

21 - Provisões

Provisões	31-Dez-2014	Reforço/Anulação	31-Dez-2015
Processos Judiciais em Curso	337.441,49	967,93	338.409,42
Outras Provisões - Mosteirão	0	111.325,18	111.325,18
Total	337.441,49	112.293,11	449.734,60

Em resultado de uma ação inspetiva tributária, foram efetuados ajustamentos em sede de IVA aos exercícios de 2008 e 2009. Face ao ambiente fiscal e orçamental que se atravessa, considerou-se prudente a constituição de provisão, pela totalidade do risco.

22 - Financiamentos Obtidos

22.1 - Compromisso de empréstimos obtidos mensurados ao custo

No período em análise a dívida corrente e não corrente apresenta o seguinte detalhe:

Financiamentos Obtidos	Início	Fim	31-Dez-2015		31-Dez-2014	
			Passivo Não Corrente	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	Passivo Corrente
Empréstimos Bancários						
EHATB - Bragadas	2003	2018	1.431.333,13	954.222,06	2.385.555,19	954.222,06
Parque Eólico de Mairos	2007	2017	268.681,80	268.681,82	537.363,62	268.681,82
Parque Eólico do Leiranco	2007	2017	65.843,63	65.843,63	131.687,25	65.843,64
Parque Eólico da Casa da Lagoa	2007	2017	56.027,27	56.027,27	112.054,53	56.027,28
Parque Eólico do Alvão	2003	2016	0,00	417.176,30	417.176,31	417.176,29
Outros Empréstimos Obtidos						
MLP - IAPMEI	2006	2015				225.961,00
		Total	1.821.885,83	1.761.951,08	3.583.836,90	1.987.912,09

Os empréstimos obtidos representam o recurso ao crédito, a longo prazo, para financiamento da construção dos diversos centros produtores de energia, a saber:

CGD – 10.973.554 € - Empréstimo de Médio e Longo Prazo.

Em 2005 foram renegociados os empréstimos existentes, para um montante global de 11.586.537 € em duas linhas de crédito, uma já totalmente saldada e outra de 10.973.554 € com prazo de 13 anos (até Abril de 2018), dos quais dois foram de carência. A amortização deste empréstimo teve início em Abril de 2007 amortizando anualmente 954.222€, em duas prestações semestrais, sendo remunerado à Euribor a 6 meses, em vigor na data do início de contagem de juros, acrescida de um spread de 0,08%;

CGD MLP – 2.955.500 euros. Destinado a apoiar a instalação e o arranque de atividade do Parque Eólico de Mairos. O prazo deste empréstimo é de doze (12) anos, com um ano de carência. A amortização será feita em 22 prestações semestrais de 134.341 euros e teve início em Março de 2007.

CGD MLP – 724.280 euros. Destinado a apoiar a instalação e o arranque de atividade do Parque Eólico de Leiranco. O prazo deste empréstimo é de doze (12) anos, com um ano de carência. A amortização será feita em 22 prestações semestrais de 32.921 euros e teve início em Março de 2007.

CGD MLP – 616.300 euros. Destinado a apoiar a instalação e o arranque de atividade do Parque Eólico da Casa da Lagoa. O prazo deste empréstimo é de doze (12) anos, com um ano de carência. A amortização teve início em Março de 2007, é semestral, amortizando anualmente 56.027,28 €.

CGD A1 e A3 – 5.840.468 euros. Destinado a apoiar a instalação e o arranque de atividade do Parque Eólico do Alvão I. O prazo deste empréstimo é de quinze (15) anos. A Amortização deste empréstimo teve início em Fevereiro de 2003, com periodicidade semestral, num total anual de 417.176,28 €.

22.2 - Compromisso de empréstimos obtidos mensurados ao custo amortizado

No período em análise a dívida corrente e não corrente apresenta o seguinte detalhe:

Financiamentos Obtidos	Início	Fim	31-Dez-2015		31-Dez-2014	
			Passivo Não Corrente	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	Passivo Corrente
Empréstimos Bancários						
Empréstimo	2013	2019	2.219.080,00	726.906,00	2.945.986,00	726.906,00
Gastos de Financiamento	2013	2019	-41.190,44		-135.773,77	
		Total	2.177.889,56	726.906,00	2.810.212,23	726.906,00

CGD A4 4.000.000,00 – destinado exclusivamente a financiar a contrapartida de 5.100.000,00 euros da amortização das quotas detidas pela Finerge no capital social da EEA, a qual por fusão passou a integrar a EHATB, conforme o descrito nos pontos 3.3 acima. Este empréstimo vence juros á taxa EURIBOR a seis meses, cotada no segundo dia útil imediatamente anterior ao do início de cada período de contagem de juros, acrescido de um SPREAD de 3,5%. O reembolso deste empréstimo será efetuado em doze prestações semestrais com início em fevereiro de 2014 e termino em Agosto de 2019.

23 – Outras Contas a Pagar – Não Correntes

No período em análise, esta rubrica apresentava o seguinte detalhe:

Outras Contas a Pagar	31-Dez-2014	Reforço	31-dez-2015
Impostos Associados aos Subsídios	0,00	568.202,30	568.202,30
Gastos de Desmantelamento	337.838,00	0,00	337.838,00
Total	337.838,00	568.202,30	906.040,30

A rubrica “Impostos Associados a Subsídios” acolheu o saldo da rubrica “Impostos Diferidos Passivos” a que se alude na nota 16, acima.

A rubrica “Gastos de desmantelamento” integra os gastos de desmantelamento, remoção de ativos e restauração do local que foram incluídos no custo do ativo relacionado, conforme nota 13 acima.

24 – Fornecedores

No período em análise, a rubrica “Fornecedores” apresentava o seguinte detalhe:

Fornecedores	31-dez-2015	31-Dez-2014
Fornecedores Conta Corrente	95.648,76	102.762,69
Total	102.762,69	102.762,69

25 – Estado e Outros Entes Públicos

O detalhe da rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" no período em análise é o seguinte:

Estado e Outros Entes Públicos	31-Dez-2015	31-Dez-2014
IRC a Pagar	196.629,13	824.444,41
Imposto sobre rendimento	262.755,43	10.169,08
IVA a pagar	470.382,94	271.105,26
Contribuições para a segurança social	16.357,58	15.336,20
EOEP Passivos	946.125,08	1.121.054,95

26 - Outras Contas a Pagar

O detalhe da rubrica "Outras Contas a Pagar" no final do período é o seguinte:

Outras Contas a Pagar	31-dez-2015	31-Dez-2014
Fornecedores de Investimentos	3.994,91	0,00
Remunerações a Liquidar - Férias + Sub. Férias	105.278,39	86.618,98
Juros a Liquidar	9.148,79	86.535,22
Garantias	2.149,11	2.149,11
Outros Credores Por Acrescimo de Gastos	349.874,75	119.820,54
Total	470.445,95	295.123,85

A Rubrica "Outros Credores por Acréscimo de Gastos" compreende, entre outros, os seguintes:

- Montante a pagar às juntas de freguesia de Santa Marinha, Santo Aleixo e Gondíães decorrente do reconhecimento do valor das rendas de produção do A. H. de Bragadas;
- Montante a apagar aos Municípios de Boticas, Chaves, e Vila Pouca de Aguiar decorrente do reconhecimento das taxas de produção relativas ao mês de dezembro do parque Eólicos: Leiranco, Mairos, Casa da Lagoa e Alvão;
- Montantes assumidos com a execução de contratos programa, ainda não executado.

27 - Divulgações Exigidas Por Diplomas Legais

Art.º 66.º do Código das Sociedades Comerciais

Em cumprimento do art.º 66.º A do Código das Sociedades Comerciais, divulgamos no seguinte quadro os honorários faturados pelos revisores oficiais de contas da empresa:

Honorários faturados pelos revisores oficiais de contas	31-dez-2015	31-Dez-2014
Revisão legal das contas	24.334,25	16.948,00
Totais	24.334,25	16.948,00

Art.º 397.º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade EHATB, EIM. S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta. Os administradores não são remunerados.

Art.º 324 do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade EHATB, EIM S.A., não possui quaisquer ações próprias nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 21 do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de Setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da empresa ao setor público estatal nem à segurança social, e que os saldos em aberto no final do período, correspondem a retenções na fonte, descontos e contribuições, referentes a Dezembro, e cujo pagamento foi efetuado no mês de janeiro.

28 - Compromissos Financeiros Assumidos, Não Incluídos no Balanço

A fim de garantir os empréstimos bancários de longo prazo foi dado pelos Acionistas, como garantia à CGD:

- Penhora das ações por eles detidas;
- Penhor sobre a conta de depósitos, correspondente à conta de Reserva do Serviço da Dívida, bem como;
- Manter um Rácio de Autonomia Financeiro mínimo de 25%. Comprometeu-se ainda a apresentar um Rácio de Cobertura Anual do Serviço Dívida (RCASD) igual ou superior a 1,1:1, enquanto se encontrarem por satisfazer quaisquer créditos à CGD.
- Não distribuir e pagar dividendos e/ou reservas livres, reembolsar empréstimos subordinados e pagar os respetivos juros, bem como pagar comissões de gestão ou qualquer outra forma de remuneração do capital, salvo se cumulativamente:
 - Não se verificar qualquer situação de incumprimento do contracto;
 - Não seja utilizada para aquele efeito qualquer linha de crédito;
 - O RCASD seja igual ou superior a 1,2:1;

- For respeitada a “afetação prioritária de cash-flow”, ou seja, o critério de aplicação do cash flow antes da função financeira obedecerá à seguinte ordem de prioridade:
 - Pagamento do Serviço da Dívida
 - Contribuições para a cobertura da Conta Reserva do Serviço da Dívida;
 - Remuneração do Capital Acionista
 - A remuneração do capital acionista seja dimensionada até ao limite necessário exigido para a manutenção dos Rácios do Projeto;
 - Se tenha iniciado o reembolso do capital devido à CGD.
-
- Constituir a favor da CGD penhor sobre todo o equipamento que venha a fazer parte da sua exploração comercial e industrial;

29 - Descrição Das Responsabilidades Da Empresa Por Garantias Prestadas

Por exigência processual de diversas entidades, parcialmente financiadoras dos investimentos que a empresa está a levar a cabo, foram solicitadas a entidades bancárias as seguintes garantias:

- Município de Ribeira de Pena - 3.600 €
A fim de garantir o valor de 5% do valor adjudicado pelo Município de Ribeira de Pena relativamente à “Gestão do Aproveitamento Hidroelétrico do Rio Alvadia”. Desde 1995.
- Direção Geral de Energia e Geologia - 573.618 €;
Para garantir, até ao valor de 5% do montante global do investimento, a execução das obras hidráulicas e da central destinada ao A. H. de Bragadas.

30 – Processos Judiciais em Curso

No decurso dos exercícios de 2010 e 2013, a EHATB, foi objeto de Inspeções Tributárias aos exercícios de 2008 e 2009. Na sequência destas inspeções, foram efetuadas correções em sede de IVA, que a empresa impugnou tendo, embora, procedido ao pagamento, das liquidações apresentadas.

Relativamente à ação, referente ao exercício de 2008, a audiência de testemunhas ocorreu mês de Junho.

A EHATB tem, também, pendente uma ação de impugnação relativa ao resultado da 2ª avaliação, efetuada pela AT, para efeitos de inscrição matricial, de todos os Parques Eólicos, bem como da liquidação do IMI, a eles relacionado, relativos a anos anteriores.

Uma vêz que todas as liquidações apresentadas foram pagas, a responsabilidade da EHATB, subsume-se ao pagamento dos honorários a liquidar à Sociedade de Advogados ABCC-Sociedade de Advogados, RL, e das custas do processo.

31 — Acontecimentos após a data do balanço

a) Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas, e autorizada a sua emissão, pela Conselho de Administração em 08 de março de 2016, e serão sujeitas a aprovação em Assembleia geral de Acionistas agendada para 22 de março de 2016, tendo essa reunião magna o poder de alterar as demonstrações financeiras, se assim vier a ser decidido.

b) Informações sobre condições que existiam à data do balanço

Não foram obtidas novas informações, sobre condições que existissem à data do balanço, que justifiquem qualquer atualização das divulgações constantes nas demonstrações financeiras.

- a) Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos
Não existem eventos, após a data do balanço, que requeressem ajustamentos a introduzir nas demonstrações financeiras.

Chaves, 08 de Março de 2016.

A Contabilista Certificada

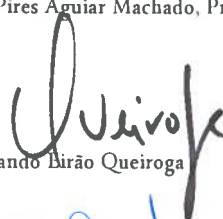


Maria Leonor Ferreira Marques
(CC 40235)

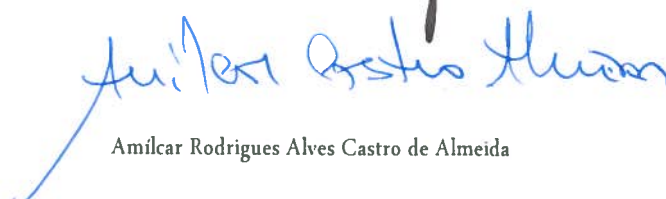
O Conselho de Administração



António Alberto Pires Aguiar Machado, Presidente



Fernando Birão Queiroga



Amílcar Rodrigues Alves Castro de Almeida



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Juliana
Unir

PORTUGAL

Patrício, Moreira, Valente & Associados, Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Acionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 25º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, acompanhámos a atividade da **EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉCTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A.**, durante o exercício de dois mil e quinze, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Apreciámos o relatório de gestão e as contas do exercício. Emitimos a certificação legal das contas e o relatório sobre a fiscalização efetuada, documentos que aqui se dão por reproduzidos.

Em 31 de agosto de 2012, foi publicada a Lei n.º 50/2012, que aprovou o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais. Tal como temos vindo a referir, nomeadamente na documentação que nos compete subscrever, considerando as suas especificidades, continua a Empresa a proceder às necessárias adaptações em diferentes áreas, designadamente no controlo operacional, verificação de processos, orçamentos e gestão previsional.

Nos termos do n.º 2 do artigo 54.º, em conjugação com o artigo 67.º, ambos do Decreto-Lei n.º 133/2013, damos nota que foi cumprida, pela Empresa, a exigência estabelecida no n.º 1 desse mesmo artigo em relação ao relatório de boas práticas de governo societário.

Tudo considerado, somos de parecer que Assembleia Geral Anual:

- Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2015, apresentados pela Administração;
- Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentada pela Administração;
- Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Ribeira de Pena, 11 de março de 2016

O Fiscal Único



PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C., Lda
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc n.º 622)

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



Certificação Legal das Contas

PORTUGAL**Patrício, Moreira, Valente & Associados, Sroc, Lda**

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)

T: +351 21 3553 550 **F:** +351 21 3561 952 **E:** geral.lisboa@rsmpt.pt

Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto

T: +351 22 2074 350 **F:** +351 22 2081 477 **E:** geral.porto@rsmpt.pt

www.rsmpt.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de balanço de 20.981.745 euros e um total de capital próprio de 11.625.117 euros, incluindo um resultado líquido de 687.425 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do pressuposto da continuidade; e
 - apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING



RSM Patrício, Moreira, Valente & Associados, Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas (em 11/05/1981) sob o n.º 21

NIP 501612181 Capital Social 108 000 €

Inscrição na lista de Auditores da CMVM (em 21/02/1992) sob o n.º 196

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da **EHATB – EMPREENDIMENTOS HIDROELÉTRICOS DO ALTO TÂMEGA E BARROSO, E.I.M., S.A.**, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio, e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTOS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

ÊNFASES

9. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, temos a observar o seguinte:

9.1. Em 31 de outubro de 2014, foi concluída, com o registo definitivo, a fusão por incorporação da participada EEA – Empreendimento Eólico de Alvadia, EIM, Lda. Nesse exercício a conta de exploração registou apenas os dois últimos meses da atividade que era desenvolvida por essa participada.

Nestas circunstâncias, tal como refere o relatório de gestão, a demonstração dos resultados por naturezas agora em apreço não é diretamente comparável.

9.2. Conforme divulgado nas notas finais do relatório de gestão e na nota 30 do anexo às demonstrações financeiras, na sequência de duas ações inspetivas tributárias que incidiram sobre os exercícios de 2008 e 2009, resultaram correções ao IVA dedutível desses exercícios. Considerando a evolução dos processos de reclamação, por cautela, estão constituídas provisões nos montantes correspondentes aos valores já pagos dos exercícios de 2008 e 2009.

Ribeira de Pena, 11 de março de 2016



PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C., Lda
representada por Carlos de Jesus Pinto de Carvalho (roc nº 622)